

Moção encaminhada pela Associação Brasileira de Antropologia, Associação Brasileira de Ciência Política e Sociedade Brasileira de Sociologia

EM DEFESA DOS DIREITOS E DA LAICIDADE DO ESTADO

A Assembleia Geral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, ANPOCS, reunida durante seu 39º Encontro Anual, em Caxambu, no dia 29 de outubro de 2015, manifestamos absoluto repúdio às iniciativas em curso no Congresso Nacional e em Assembleias estaduais e Câmaras municipais que representam retrocessos nos direitos dos indivíduos e uma grave ameaça à democracia.

Por meio desta moção, os cientistas sociais presentes ao Encontro manifestam nossa defesa incondicional da laicidade do Estado, entendendo que ela é uma condição para a democracia e para o exercício da cidadania. Sem ela, estão ameaçados os direitos individuais, entre eles a liberdade religiosa. Crenças privadas, quando transferidas para a esfera política, transformam-se em dispositivos para a promoção da intolerância e para a subtração de direitos.

As investidas atuais contra os direitos humanos têm como alvos prioritários mulheres e homossexuais. Sob o manto do conceito de “família base”, as propostas de alguns parlamentares ameaçam direitos de muitas pessoas, enquanto são afirmados privilégios para alguns núcleos familiares.

Na mesma medida, projetos em tramitação no Congresso promovem o controle sobre o corpo das mulheres, colocando-nas numa posição de sub-cidadania, como no caso das tentativas recentes de retrocesso na legislação relativa ao aborto, que buscam impedir inclusive o atendimento integral no SUS das mulheres que sofreram violência. Iniciativas já aprovadas e outras que têm sido discutidas criam obstáculos para uma educação que contemple a diversidade, que se oponha à violência e que, portanto, colabore para construir um país mais democrático e mais justo. Propostas de lei que permitirão censurar e até mesmo encarcerar professores que estimulem a reflexão crítica complementam os vetos aos debates sobre equidade, diversidade e justiça social nas escolas.

Esta moção expressa nossa posição firme e clara a favor dos direitos individuais, independentemente do sexo e dos modos diversos de vida das pessoas, a favor da laicidade do Estado e de um ensino que contemple os valores da equidade, da diversidade e da justiça.

Manifestamo-nos contra as ações no Congresso Nacional que comprometem os direitos humanos e a cidadania, a favor de um debate aberto que inclua a sociedade, movimentos sociais e pesquisadoras e pesquisadores dedicados às temáticas em foco.

Destinatários:

Ministro da Justiça

Ministro da Saúde

Ministra da Cidadania
Presidentes da Câmara e do Senado